

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DE PRECEPTORIA



**HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO
UNIFAP**



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT

Autor: Lásaro Duarte de Carvalho

Orientador: Prof. Dr. Claudio Alberto Gellis de Mattos Dias

Tipo: Produto Educacional

Título: Manual de boas práticas em preceptoria

Público-alvo: Preceptores em saúde.

Produto educacional resultante da dissertação de mestrado com o título:
Atuação da preceptoria em saúde como prática educativa no Hospital Universitário
da Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
2. INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO DE SAÚDE	07
3. CONSTRUINDO O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NOS CAMPOS DE PRÁTICA	09
4. AS DIRETRIZES CURRICULARES E SUA INTERAÇÃO NOS CAMPOS DE PRÁTICA	11
5. BREVE HISTÓRICO DO HU UNIFAP	13
6. QUEM É O PRECEPTOR?	14
7. QUAIS AS ATRIBUIÇÕES DO PRECEPTOR?	15
8. NORMATIZAÇÕES DA PRECEPTORIA	16
9. COMO DESENVOLVER A PRÁTICA DA PRECEPTORIA?	17
10. RECEPCIONANDO OS ALUNOS	18
11. QUAIS RECURSOS PEDAGÓGICOS O PRECEPTOR PODE UTILIZAR EM SUA PRÁTICA PROFISSIONAL?	19
REFERÊNCIAS	20

APRESENTAÇÃO

Olá caros preceptores!



Contem conosco nessa caminhada!

Apresentamos a vocês o **Manual de Boas Práticas de Preceptoría do Hospital Universitário do Estado do Amapá (HU/AP)**. Este material foi cuidadosamente elaborado com o propósito de **orientar e fortalecer o papel dos preceptores** na formação acadêmica e profissional dos estudantes da área da saúde.

Através deste manual, buscamos **oferecer suporte prático e conceitual**, delineando de forma clara as principais **atribuições do preceptor**, bem como as **estratégias para a condução eficaz das atividades de ensino-aprendizagem no ambiente hospitalar**. Além disso, o conteúdo aqui presente visa promover uma atuação alinhada aos princípios da ética, da humanização e da excelência na assistência à saúde.

Esperamos que este instrumento seja um guia útil e inspirador na trajetória de todos que desempenham o importante papel de **educar com compromisso, empatia e responsabilidade**.

1. INTRODUÇÃO

O profissional preceptor é o responsável por acompanhar, orientar e avaliar os estudantes durante os estágios práticos. O profissional preceptor é o responsável por acompanhar, orientar e avaliar os estudantes durante os estágios práticos nos cenários de atenção à saúde. Sua presença é fundamental para promover a articulação entre o conhecimento teórico e a vivência prática, contribuindo de forma direta para a formação crítica, ética e humanizada dos futuros profissionais. O mesmo desempenha um papel essencial no processo formativo, sendo o responsável por acompanhar, orientar e avaliar os estudantes durante os estágios práticos nos diversos cenários de atenção à saúde. Sua atuação vai muito além da supervisão técnica, pois envolve mediar a integração entre o conhecimento teórico adquirido em sala de aula e a vivência prática no cotidiano dos serviços, favorecendo a aplicação concreta de saberes, habilidades e atitudes.

Os hospitais universitários desempenham um papel estratégico como cenários privilegiados de ensino, pesquisa e extensão, oferecendo uma infraestrutura que possibilita a integração entre assistência à saúde e formação acadêmica. Nessas instituições, são desenvolvidas atividades educacionais com estudantes de níveis variados de formação, abrangendo desde a graduação até a pós-graduação (residências, especializações, mestrado e doutorado), vinculados às universidades federais ou instituições de ensino superior parceiras.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 2, de 13 de abril de 2012, da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde, e pela Resolução nº 2, de 3 de julho de 2013, da Comissão Nacional de Residência Médica, são descritas a seguir as atribuições do Preceptor/Supervisor de estágio de graduação, do Supervisor de Programa de Residência Médica, do Coordenador de Programa de Residência em Área Profissional da Saúde, do Tutor de Programa de Residência em Área Profissional da Saúde, bem como do Preceptor de Residência Médica e em Área Profissional da Saúde.

As atividades desempenhadas pelos preceptores estão devidamente normatizadas por instâncias reguladoras nacionais, sendo fundamentais para assegurar a qualidade da formação em saúde no contexto dos estágios supervisionados, programas de residência e demais modalidades de ensino prático-profissional. O preceptor de graduação a titularidade mínima exigida é a graduação deverá supervisionar o aluno considerando o projeto político pedagógico do curso (PPP), já o preceptor da residência uni ou multiprofissional é definido como “Preceptor caracteriza-se pelo exercício da supervisão direta das atividades práticas realizadas pelos residentes nos serviços de saúde onde se desenvolve o programa, exercida por profissional vinculado à instituição formadora ou executora, com formação mínima de especialista. Para a residência uni ou multiprofissional, o preceptor deverá, preferencialmente, ser da mesma área profissional do residente sob sua supervisão, estando presente no cenário de prática. O preceptor do programa de residência médica será inserido no projeto pedagógico do programa cadastrado no sistema da CNRM.

As atividades de preceptoria devem ser cuidadosamente planejadas e adaptadas à realidade institucional, considerando as especificidades do perfil epidemiológico e clínico do hospital em que se desenvolvem. Essa contextualização é essencial para garantir que o processo de ensino-aprendizagem esteja alinhado às demandas reais do serviço de saúde e às necessidades da população assistida.

O preceptor tem um papel fundamental na formação profissional dos estudantes, devendo promover a inserção ativa do discente nas rotinas e nos desafios da prática clínica, especialmente no que se refere à participação no processo de tomada de decisões clínicas e assistenciais. Essa participação deve ocorrer de forma supervisionada, respeitando a autonomia progressiva do aluno conforme seu nível de formação.

Além disso, o preceptor deve estimular constantemente o raciocínio crítico-reflexivo, utilizando metodologias ativas de ensino, como a problematização, estudo de casos, discussão em equipe e análise de situações reais do cotidiano hospitalar. Tais estratégias permitem que o estudante se torne um sujeito ativo na construção do conhecimento, desenvolvendo competências técnicas, éticas e relacionais necessárias para uma atuação profissional qualificada, humanizada e comprometida com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao recepcionar os alunos no campo de estágio, é fundamental que o preceptor promova um momento de acolhimento inicial, que vá além da mera apresentação formal. Esse momento deve ser planejado com sensibilidade e empatia, de forma a integrar o estudante ao ambiente de prática, possibilitando que ele se sinta bem-vindo, valorizado e reconhecido como sujeito ativo no processo formativo.

O acolhimento é uma etapa essencial para a criação de um vínculo de confiança entre o preceptor, o estudante e a equipe multiprofissional, além de contribuir para a redução da ansiedade comum nos primeiros dias de inserção em um novo serviço de saúde. Essa etapa inicial também é estratégica para estimular o comprometimento, a autonomia progressiva e o engajamento do aluno com as atividades do estágio.

Após o acolhimento, o preceptor deve apresentar de forma clara e objetiva o funcionamento do serviço, incluindo: A estrutura organizacional do setor; Os fluxos e protocolos assistenciais vigentes; As rotinas e horários de funcionamento; As normas de conduta ética e comportamental e as atividades que serão desenvolvidas pelos estudantes, bem como os critérios de supervisão e avaliação. As atividades dos preceptores de graduação e pós-graduação são:

2. INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO DE SAÚDE

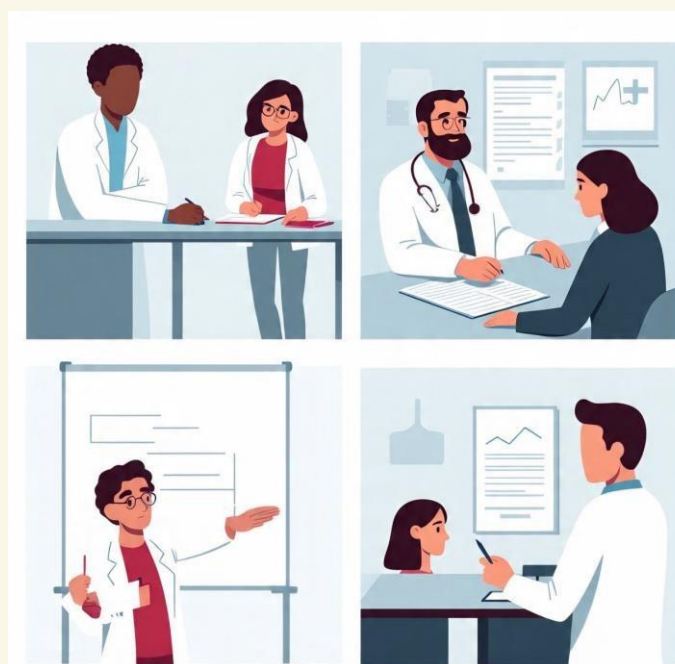
O processo de integração entre o ensino e o serviço em saúde configura-se como uma dinâmica complexa, que demanda articulação contínua entre diferentes atores, cada um trazendo consigo expectativas, experiências, conhecimentos e motivações singulares. Essa interação envolve não apenas o compartilhamento de saberes, mas também a construção coletiva de objetivos, estratégias e formas de atuação que favoreçam tanto o aprendizado dos estudantes quanto a qualificação dos serviços prestados à população.

Para que essa integração se efetive de forma sólida e sustentável, é imprescindível o engajamento ativo das instituições de ensino e dos gestores de saúde, estabelecendo um diálogo permanente que permita a negociação clara de papéis, responsabilidades, recursos e contrapartidas. Esse alinhamento deve ser pautado na cooperação mútua e no compromisso com a formação de profissionais competentes, éticos e socialmente comprometidos, ao mesmo tempo em que fortalece a resolutividade e a humanização da atenção em saúde.

Cabe a ambas as instituições universidades e serviços de saúde promover uma integração harmônica entre a formação de recursos humanos em saúde e a prestação de serviços assistenciais à população, de modo a contribuir para a reorientação da formação profissional conforme os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), que preconiza a universalidade, a integralidade e a equidade na atenção à saúde.

Nesse contexto, a universidade assume a responsabilidade de formar profissionais qualificados, críticos e comprometidos socialmente, o que exige a vivência no território real de assistência do SUS para que os estudantes desenvolvam competências técnicas, éticas e humanizadas. Por sua vez, as secretarias de saúde têm como missão garantir atenção integral à população, necessitando de profissionais preparados para atuar nos diferentes níveis de atenção e capazes de responder aos desafios e complexidades que caracterizam o cenário do SUS.

Essa relação de interdependência implica uma cooperação estruturada e contínua, na qual o processo formativo se beneficia do contato com a realidade dos serviços, ao mesmo tempo em que os serviços se fortalecem pela incorporação de práticas inovadoras, conhecimentos atualizados e mão de obra em formação. Dessa maneira, o alinhamento entre as duas esferas não apenas garante a qualificação dos futuros profissionais, mas também contribui para o aperfeiçoamento da assistência em saúde, gerando impactos positivos tanto para o sistema quanto para a sociedade.



O respectivo processo está fundamentado legalmente pela Constituição Federal (1988): Art. 200. Ao sistema Único de Saúde compete, [...]item III – ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde; Lei nº 8.080 /1990: Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS): [...]Item III: a ordenação da formação de recursos humanos na área da saúde; Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004 posteriormente foi editada a Portaria GM/MS 1.996/07, que dispõe sobre as diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS); Portaria/SS/GAB/Nº041/2011, que aprova a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde e dá outras providência e Portaria/SS/GAB/Nº 22 de 2016: Aprova a Política Municipal de Atenção Primária à Saúde para organização dos serviços e gestão e direcionamento das ações de educação permanente no âmbito da Atenção Primária à Saúde no município de Florianópolis.

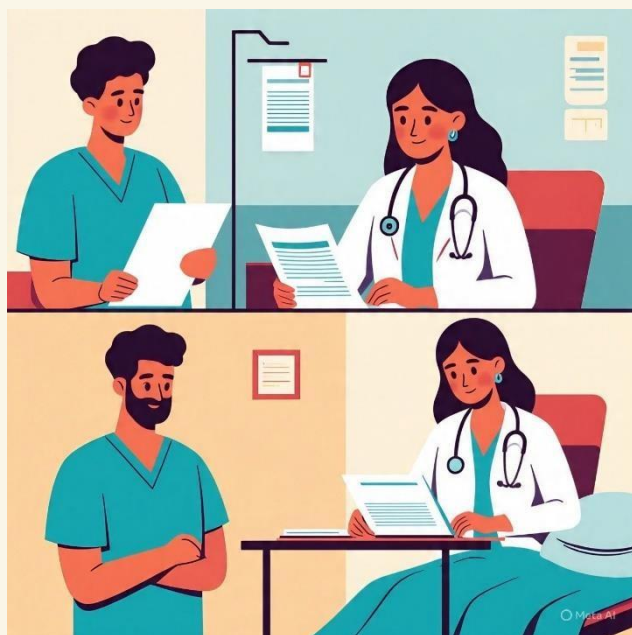
3. CONSTRUINDO O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NOS CAMPOS DE PRÁTICA

Aprender é um processo dinâmico e contínuo por meio do qual competências, habilidades, conhecimentos e valores são adquiridos, aprimorados ou transformados ao longo da vida. Esse processo ocorre de diferentes maneiras — pela leitura e estudo sistemático, pela observação atenta de fenômenos e comportamentos, e pela experiência prática que permite vivenciar, testar e reconstruir saberes.

Compreender como as pessoas aprendem e quais são as condições necessárias para que a aprendizagem aconteça é essencial para potencializar esse processo, o que envolve identificar o papel desempenhado por cada sujeito, professores, mediadores, colegas, família e o próprio aprendiz na construção do conhecimento. O ser humano nasce com uma predisposição natural para aprender e ensinar, fruto de uma curiosidade inata e de um impulso de interação com o mundo ao seu redor. Entretanto, para que essa disposição se traduza em aprendizado efetivo, são necessários estímulos internos (como motivação, interesse e necessidade) e estímulos externos (como ambientes ricos em oportunidades, metodologias adequadas e interações significativas).

Embora seja possível buscar conhecimento com relativa autonomia, toda prática educativa pressupõe a presença de dois protagonistas: aquele que ensina e aquele que aprende. Ambos são, de fato, “sujeitos” ativos dessa relação, pois o ato de ensinar não deve limitar-se à mera transferência de informações, mas envolver também um processo contínuo de autotransformação do educador, que aprende e se ressignifica a cada interação com o estudante. Da mesma forma, quem aprende não deve assumir uma postura passiva, como um simples receptáculo de conteúdo, mas sim atuar de maneira crítica, participativa e propositiva, questionando, reformulando e ampliando o saber prévio apresentado pelo professor. Essa postura ativa fortalece a autonomia intelectual e a capacidade de interpretar e intervir no mundo.

Mais relevante ainda do que os métodos específicos de ensino e aprendizagem é a qualidade da interação entre educador e educando: como o professor se coloca diante do aluno, como cria um ambiente de diálogo e confiança, como promove a construção conjunta do conhecimento e como desperta o interesse genuíno pela busca contínua do saber. É nesse espaço relacional que o aprendizado se torna significativo e capaz de transformar tanto o aprendiz quanto o próprio educador



A educação torna-se verdadeiramente transformadora quando incentiva a busca e a construção do conhecimento com autonomia, senso crítico e profundidade reflexiva, conduzindo à capacidade de questionar e intervir para promover mudanças na realidade. Nesse processo, a função do educador vai muito além da transmissão de conteúdos: cabe-lhe também ensinar a pensar criticamente, estimulando o raciocínio independente, a análise rigorosa e a abertura para novas perspectivas.

Aprender de forma crítica exige que educadores e educandos atuem como sujeitos criadores, instigadores e inquietos, mantendo uma curiosidade constante, exercitando a humildade intelectual e cultivando a persistência diante dos desafios. Pensar de maneira correta implica reconhecer que nenhuma certeza é absoluta, abrindo espaço para o diálogo, a revisão de ideias e a ampliação contínua do entendimento. Reduzir a experiência educativa a um mero treinamento técnico é limitar e empobrecer sua dimensão mais genuinamente humana: o seu caráter formador, que não se restringe ao domínio de habilidades, mas envolve a formação integral do indivíduo, fortalecendo valores, atitudes e a capacidade de transformar o mundo.

O aprendizado deve ser um processo dinâmico, interativo e participativo, no qual todos os envolvidos contribuem ativamente para a construção do conhecimento. Quem ensina também aprende, pois ao transformar o saber em prática e buscar formas de atualizá-lo, amplia a própria compreensão e enriquece sua experiência. Da mesma forma, quem aprende não apenas adquire novos conhecimentos ou desenvolve novas habilidades, mas também pode ensinar, ao provocar reflexões, propor mudanças e inspirar aperfeiçoamentos na prática de quem ensina.

Para que o aprendizado seja realmente transformador e significativo, é fundamental que educador e aprendiz estejam igualmente motivados e engajados no processo. Ao educador, cabe desenvolver competências afetivas e relacionais, como a escuta ativa, a paciência e a habilidade de comunicar-se de forma clara e empática. Ao aprendiz, é indispensável o interesse genuíno pela atividade, a abertura para aprender, a disposição para enfrentar dificuldades e a capacidade de persistir diante dos desafios.

4. AS DIRETRIZES CURRICULARES E SUA INTERAÇÃO NOS CAMPOS DE PRÁTICA

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) reforçam a importância de orientar a formação profissional para a atuação efetiva no Sistema Único de Saúde (SUS), enfatizando a necessidade de aproximar o processo formativo dos princípios e diretrizes que fundamentam o sistema — universalidade, integralidade e equidade. As DCN também evidenciam a relevância da formação humanista, compreendendo a integralidade não apenas como um princípio organizador dos serviços, mas como um valor intrínseco ao processo de ensino-aprendizagem, essencial para qualificar a assistência e fortalecer o cuidado centrado no usuário.

Ao proporem essa aproximação, as DCN desafiam os modelos tradicionais de ensino-aprendizagem, muitas vezes centrados na transmissão passiva de conhecimentos, estimulando metodologias que favoreçam a participação ativa do estudante e a integração entre teoria e prática. O objetivo é formar profissionais-cidadãos comprometidos com a defesa e a consolidação do SUS, engajados na produção de cuidados que respondam às demandas reais e complexas da sociedade, de forma ética, crítica e socialmente responsável.

Além disso, as DCN definem um conjunto de competências gerais e habilidades essenciais para o perfil do egresso, abrangendo: atenção à saúde (prestação de cuidado integral em todos os níveis), tomada de decisões (baseada em evidências e contexto), comunicação (clara, empática e efetiva com diferentes interlocutores), liderança (capacidade de mobilizar e inspirar equipes), administração e gerenciamento (organização e otimização de recursos e processos), e educação permanente (compromisso contínuo com a atualização e o aprimoramento profissional).

A Interação Comunitária possui garantia legal estabelecida pelos Ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC), sendo concebida como um dos pilares fundamentais das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos universitários na área da saúde. Essa estratégia formativa está alicerçada no princípio da integralidade, que só pode ser plenamente alcançado por meio da articulação entre teoria e prática — aspecto que a Interação Comunitária favorece de maneira singular.

A inserção do estudante na comunidade representa uma mudança significativa no modelo pedagógico, pois proporciona uma vivência direta do funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) no próprio território onde ele se concretiza. Essa experiência amplia a compreensão sobre os determinantes sociais da saúde, permite uma associação mais consistente entre o conhecimento teórico e a prática cotidiana e estimula a atuação interprofissional, ao promover o trabalho conjunto com profissionais e estudantes de diferentes áreas.

A inserção do estudante na comunidade representa uma mudança significativa no modelo pedagógico, pois proporciona uma vivência direta do funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) no próprio território onde ele se concretiza. Essa experiência amplia a compreensão sobre os determinantes sociais da saúde, permite uma associação mais consistente entre o conhecimento teórico e a prática cotidiana e estimula a atuação interprofissional, ao promover o trabalho conjunto com profissionais e estudantes de diferentes áreas.

Além de enriquecer a formação técnica e científica, a Interação Comunitária fortalece a dimensão ética, humanística e social da formação em saúde, estimulando a empatia, a escuta qualificada e o compromisso com a transformação das realidades locais. Ao vivenciar os desafios e potencialidades da comunidade, o estudante não apenas aplica seus conhecimentos, mas também aprende com o saber popular e com as dinâmicas culturais, construindo assim um perfil profissional mais crítico, sensível e comprometido com os princípios do SUS.

5. BREVE HISTÓRICO DO HU UNIFAP

Através do Decreto n.º 98.977, de 2 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União n.º 43, de 5 de março de 1990, nos termos da Lei n.º 7.530, de 29 de agosto de 1986, foi criada a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Dentro de um contexto histórico, o Estado do Amapá como a maioria da região amazônica, apresenta carência em termos de assistência hospitalar (Unifap, 2015).



A construção do hospital universitário se inicia após a finalização da aprovação do projeto arquitetônico, em todas as instancias federais e estaduais, cujo valor fechado ficou em torno de 170 milhões de reais, o processo licitatório foi aberto em 04/09/2013 e a administração (2014-2018), viabilizou com a bancada federal do Estado do Amapá, uma emenda de bancada para a construção da primeira etapa do HU Unifap, o que levou a licitação da obra em 2016, sendo vencedor um consórcio de empresas especializadas em construção de hospitais.

A obra do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá (HU UNIFAP) foi finalizada 90% em dezembro de 2019, tendo a característica de ser um hospital de média e alta complexidade com 212 leitos, 10 salas cirúrgicas, Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), serviço de maternidade, consultórios especializados e exames de altas complexidades (Ebserh, 2022). O HU-UNIFAP representa esforços e articulação junto à Bancada Federal, governo Federal, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e UNIFAP, com um objetivo comum: a oferta de assistência hospitalar de alta qualidade para a população do estado do Amapá, como campo de formação de profissional da área da saúde e de áreas conexas hospitalares.

No que diz respeito ao perfil assistencial, trata-se de Hospital Geral com atendimento clínico e cirúrgico adulto, pediátrico e obstétrico. A unidade, conforme planejamento assistencial, poderá realizar atendimentos de alta complexidade em traumatologia-ortopedia e cardiovascular; atenção especializada em nefrologia e oftalmologia, desde que os serviços especializados se organizem para o cumprimento dos requisitos exigidos pelo Ministério da Saúde.

Por se tratar de um hospital completamente novo, convencionou-se que a abertura seria realizada de forma gradativa, seguindo 4 (quatro) fases a serem concluídas em 2 (dois) anos, sendo que na primeira fase foram abertos 25 leitos clínicos, além atendimento ambulatorial e na quarta e última fase, prevista para se iniciar no segundo semestre de 2024, pretende-se completar a abertura do total de 212 leitos clínicos, além de serviços como Urgência e Emergência Obstétrica, Centro Cirúrgico, Ambulatório de Especialidades, Centro Obstétrico, Centro de Parto Normal Diagnóstico em Obstetrícia e de imagem.

6. QUEM É O PRECEPTOR?

O profissional preceptor é o responsável por acompanhar, orientar e avaliar os estudantes durante os estágios práticos nos cenários de atenção à saúde. Sua presença é fundamental para promover a articulação entre o conhecimento teórico e a vivência prática, contribuindo de forma direta para a formação crítica, ética e humanizada dos futuros profissionais.

Os hospitais universitários desempenham um papel estratégico como cenários privilegiados de ensino, pesquisa e extensão, oferecendo uma infraestrutura que possibilita a integração entre assistência à saúde e formação acadêmica. Nessas instituições, são desenvolvidas atividades educacionais com estudantes de níveis variados de formação, abrangendo desde a graduação até a pós-graduação (residências, especializações, mestrado e doutorado), vinculados às universidades federais ou instituições de ensino superior parceiras.



7. QUAIS AS ATRIBUIÇÕES DO PRECEPTOR?



Conforme estabelecido pela Resolução nº 2, de 13 de abril de 2012, da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde, e pela Resolução nº 2, de 3 de julho de 2013, da Comissão Nacional de Residência Médica, são descritas a seguir as atribuições do Preceptor/Supervisor de estágio de graduação, do Supervisor de Programa de Residência Médica, do Coordenador de Programa de Residência em Área Profissional da Saúde, do Tutor de Programa de Residência em Área Profissional da Saúde, bem como do Preceptor de Residência Médica e em Área Profissional da Saúde.

AS ATRIBUIÇÕES DOS PRECEPTORES DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO SÃO:

- Orientar os possíveis sinais e sintomas dos pacientes considerando anamnese, exame físico e sua correlação com os possíveis achados clínicos;
- Discutir a contextualização da doença considerando a assistência integral e humanizada;
- Realizar a supervisão e acompanhamento nas atividades práticas;
- Estimular o raciocínio lógico considerando a ementa e conteúdo abordado em sala de aula;
- Atuar junto aos professores das atividades de ensino, pesquisa e extensão que estão vinculadas a instituição;
- Considerar as ações de multi e interdisciplinaridade bem como a gestão do cuidado no SUS;
- Realizar a integração dos discentes com a equipe de saúde;
- Realizar o processo avaliativo discutindo com os discentes e docentes, os critérios de avaliação;
- Estimular e demonstrar a fim de motivá-los.

8. NORMATIZAÇÕES DA PRECEPTORIA



As atividades desempenhadas pelos preceptores estão devidamente normatizadas por instâncias reguladoras nacionais, sendo fundamentais para assegurar a qualidade da formação em saúde no contexto dos estágios supervisionados, programas de residência e demais modalidades de ensino prático-profissional.

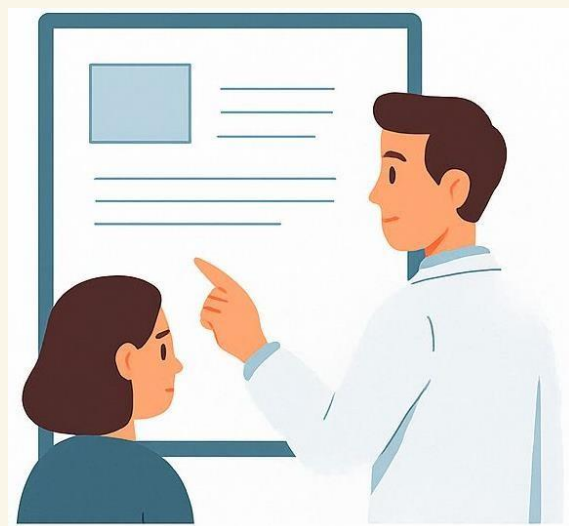
O preceptor de graduação a titularidade mínima exigida é a graduação deverá supervisionar o aluno considerando o projeto político pedagógico do curso (PPP), já o preceptor da residência uni ou multiprofissional é definido como “Preceptor caracteriza-se pelo exercício da supervisão direta das atividades práticas realizadas pelos residentes nos serviços de saúde onde se desenvolve o programa, exercida por profissional vinculado à instituição formadora ou executora, com formação mínima de especialista. Para a residência uni ou multiprofissional, o preceptor deverá, preferencialmente, ser da mesma área profissional do residente sob sua supervisão, estando presente no cenário de prática. O preceptor do programa de residência médica será inserido no projeto pedagógico do programa cadastrado no sistema da CNRM.



9. COMO DESENVOLVER A PRÁTICA DA PRECEPTORIA?

As atividades de preceptoria devem ser cuidadosamente planejadas e adaptadas à realidade institucional, considerando as especificidades do perfil epidemiológico e clínico do hospital em que se desenvolvem. Essa contextualização é essencial para garantir que o processo de ensino-aprendizagem esteja alinhado às demandas reais do serviço de saúde e às necessidades da população assistida.

O preceptor tem um papel fundamental na formação profissional dos estudantes, devendo promover a inserção ativa do discente nas rotinas e nos desafios da prática clínica, especialmente no que se refere à participação no processo de tomada de decisões clínicas e assistenciais. Essa participação deve ocorrer de forma supervisionada, respeitando a autonomia progressiva do aluno conforme seu nível de formação.



Além disso, o preceptor deve estimular constantemente o raciocínio crítico-reflexivo, utilizando metodologias ativas de ensino, como a problematização, estudo de casos, discussão em equipe e análise de situações reais do cotidiano hospitalar. Tais estratégias permitem que o estudante se torne um sujeito ativo na construção do conhecimento, desenvolvendo competências técnicas, éticas e relacionais necessárias para uma atuação profissional qualificada, humanizada e comprometida com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

10. RECEPCIONANDO OS ALUNOS

Ao recepcionar os alunos no campo de estágio, é fundamental que o preceptor promova um momento de acolhimento inicial, que vá além da mera apresentação formal. Esse momento deve ser planejado com sensibilidade e empatia, de forma a integrar o estudante ao ambiente de prática, possibilitando que ele se sinta bem-vindo, valorizado e reconhecido como sujeito ativo no processo formativo.

O acolhimento é uma etapa essencial para a criação de um vínculo de confiança entre o preceptor, o estudante e a equipe multiprofissional, além de contribuir para a redução da ansiedade comum nos primeiros dias de inserção em um novo serviço de saúde. Essa etapa inicial também é estratégica para estimular o comprometimento, a autonomia progressiva e o engajamento do aluno com as atividades do estágio.



Após o acolhimento, o preceptor deve apresentar de forma clara e objetiva o funcionamento do serviço, incluindo: A estrutura organizacional do setor; os fluxos e protocolos assistenciais vigentes; As rotinas e horários de funcionamento; As normas de conduta ética e comportamental e as atividades que serão desenvolvidas pelos estudantes, bem como os critérios de supervisão e avaliação.

11. QUAIS RECURSOS PEDAGÓGICOS O PRECEPTOR PODE UTILIZAR EM SUA PRÁTICA PROFISSIONAL?

O preceptor atua como facilitador do ensino na prática profissional, articulando técnica, conhecimento científico e apoio pedagógico, para tanto podem ser utilizados recursos pedagógicos como:

AVALIAÇÃO INTEGRADA COM FEEDBACK: observação das habilidades técnicas e éticas do estudante (entrevista, exame físico, proposta terapêutica), participação reflexiva e devolutiva construtiva.

Adoção de técnicas estruturadas de feedback, como o feedback “sanduíche” (elogio – crítica – sugestão) e o feedback “fim de turno” (reunião reflexiva ao final do turno), que favorecem o diálogo produtivo e o crescimento profissional.



METODOLOGIAS ATIVAS: são fundamentais na preceptoria. Exemplos incluem Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL), Estudo de Caso, Ciclos de Aprimoramento da Prática Profissional (CAPP), Aprendizagem Colaborativa em Rede, além de abordagens como Kolb e Problematização.

Elas incentivam a autonomia do aluno como protagonista no processo de aprendizagem, promovendo maior engajamento e integração entre prática e teoria.

METODOLOGIAS HÍBRIDAS E OBJETOS DE APRENDIZAGEM DIGITAIS: A educação flexível, com uso de plataformas digitais e repositórios (como o BIOE do MEC), permite personalizar o ensino, facilitando a formação de professores e preceptores conectados com a inovação educativa.

REFERÊNCIAS

AMAPA. Documento descritivo: 1º Termo aditivo ao convênio 01/2022 Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá – HU-UNIFAP. Macapá AP, 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hu-unifap/governanca/instrumento-formal-de-contratualizacao/1o-termo-aditivo-do-documento-descritivo-do-hu-unifap-convenio-01-sesa-e-unifap-2022.pdf> >. Acesso em: 07 de maio de 2024.

BOTTI, Sérgio & Rego, Sergio. (2024). Preceptor: o profissional de saúde-educador do século XXI. **Revista Brasileira de Educação Médica**. 48. 10.1590/1981-5271v48.2-2023-0208.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de ciências biológicas**. Brasília DF: Ministério da educação: 7p. p. 2001.

EBSERH. **Diretrizes para o exercício da preceptoria no hospitais universitários da rede ESERH**. Brasília DF, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh-intensifica-assistencia-a-distancia-como-estra/pt-br/ensino-e-pesquisa/preceptoria/diretriz-anexo-da-port-509_pres.pdf>. Acesso em: 27 de Abril 2025.

EBSERH. **Histórico do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá**. Brasília DF, 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/hu-unifap/comunicacao/ultimas-noticias/historico-do-hospital-universitario-da-universidade-federal-do-amapa> >. Acesso em: 25 de Abril 2024.

FERREIRA, Iago Gonçalves. **Preceptoria Médica: guia básico de ensino-aprendizagem** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Ed. da UFCSPA, 2022.

GAUDARD, Ana Márcia. Aplicabilidade das metodologias ativas - Unidade 2. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. DIRETORIA DE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO. **Curso de Formação de Preceptores da Educação em Saúde - FORPRES - Módulo 5: Metodologias ativas em saúde**. Brasília: DDES/MEC ; São Luis: DTED/ UFMA, 2023. p. 05-31.

LUNARDELLI, Adroaldo; MACHADO, Denise Greff. Ferramentas tecnológicas para o contexto educacional em saúde Unidade 2. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. DIRETORIA DE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO. **Curso de Formação de Preceptores da Educação em Saúde - FORPRES - Módulo 4: Uso das tecnologias na educação em saúde**. Brasília: DDES/MEC; São Luís: DTED/ UFMA, 2023. p. 05-48.

MPAP. MP-AP participa de cerimônia de inauguração oficial do Hospital Universitário. Macapá AP, 2022. Disponível em: < <https://mpap.mp.br/noticias/gerais/mp-ap-participa-de-cerimonia-de-inauguracao-oficial-do-hospital-universitario> >.

POSSOLI, Gláucia Talita. A identidade do preceptor no processo formativo da educação em saúde Unidade 1. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. DIRETORIA DE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO. **Curso de Formação de Preceptores da Educação em Saúde - FORPRES - Módulo 1: O Eu preceptor no contexto da educação em saúde**. Brasília: DDES/MEC ; São Luís: DTED/ UFMA, 2022. p. 04-31.

UNIFAP. Acesso a informação. Macapá AP, 2022. Disponível em: < <https://transparencia.unifap.br> >. Acesso em: 05 de maio de 2024.